



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**A EDUCAÇÃO RELIGIOSA DA ESCOLA NORMAL DE ARACAJU E SEUS
IMPASSES, FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX.**

JORGE DOS SANTOS CRUZ

SÃO CRISTÓVÃO, SE

Maio 2016

JORGE DOS SANTOS CRUZ

**A EDUCAÇÃO RELIGIOSA DA ESCOLA NORMAL DE ARACAJU E SEUS
IMPASSES, FINAL DO SÉCULO XIX E INICIO DO SÉCULO XX.**

ORIENTADOR: PROF. Dr. MARCOS SILVA

Artigo apresentado como requisito
obrigatório para conclusão do
Curso de História – Licenciatura,
ao Departamento de História da
Universidade Federal de Sergipe.

SÃO CRISTÓVÃO, SE

Maio 2016

RESUMO

Trabalhando em uma perspectiva narrativa de que a política e a educação em Sergipe foram tratadas em caminhos e modelos diferentes, irei discorrer nessas poucas linhas sobre o governo do Presidente da Província sergipana Herculano Marcos Inglês de Souza em seu pequeno tempo de governo em terras de Sergipe de 1881 a 1882 e como suas idéias, visões e modelos de trabalho e estudos, sobre outras perspectivas de ver uma educação mais qualitativa, ele reformula a grade curricular e cria modelo de escola mista, fazendo com que essas mudanças desagradem representantes das classes moralistas e conservadores como é o caso do padre Olympio Campos, Vigário da Igreja Matriz de Aracaju, a tomar como desafeto essas mudanças e ir de encontro às mesmas, criando assim uma série de debates em jornais da época, mostrando que não só ele como a população estava em desacordo a essas mudanças imposta pelo governo. E, nessa fase de construção, de novos desafios, de nova perspectiva política em pleno final do século XIX e início do XX, vêm essas mudanças dentro de um contexto político administrativo, com ideias liberais em período em que os coronéis são os donos do poder a mando e desmando dentro da política estadista, e o enraizamento da estrutura familiar vinda de séculos passados, leva-se tempo para que as mudanças sejam aceitas.

PALAVRAS-CHAVE: Escola Normal, Inglês de Souza, Olympio Campos, História, Educação em Sergipe.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES E TABELA

Figura 01: Herculano Marcos Inglês de Souza.....	14
Figura 02: Olympio de Souza Campos.....	30
Tabela 01: Cadeiras de estudos do Liceu Secundário de Sergipe – 1881.....	18

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. DESENVOLVIMENTO.....	8
2.1 - O presidente da província de Sergipe, Herculano Marcos Inglês de Souza e seus ideais liberais frente à educação na Escola Normal de Aracaju, 1881.....	8
2.2 - As divergências na Educação da Escola Normal de Aracaju frente ao pensamento do ideal liberal e o pensamento católico conservador.....	14
2.3 - O padre Olympio de Souza Campos na luta para manter perante as leis, a cátedra do ensino religioso na Escola Normal de Aracaju.....	20
2.4 - Olympio de Souza Campos, padre, político e professor, ou será ele articulador!.....	25
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
4. ABSTRACT.....	33
5. NOTAS EXPLICATIVAS.....	34
6. FONTES.....	35
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	35

INTRODUÇÃO

A Educação Brasileira no final do século XIX e início do século XX passou por diversas modificações, principalmente no norte e nordeste do Brasil, período que estava em fase de grandes modificações em vários aspectos da estrutura política, social, industrial e educacional. Tratando especificamente da educação em Aracaju no período que vai de 1881 até 1902, marco temporal de grandes acontecimentos e modificações no desenvolvimento da Capital da Província Sergipana, aonde dois personagens de grande valor político, social, moral, religioso e educacional colidiram perante suas atuações políticas e religiosas nessa capital provinciana; o então empossado Presidente da província de Sergipe, o Exm. Sr. Dr. Herculano Marcos Inglês de Sousa e o Monsenhor Olympio de Souza Campos, pároco da Matriz de Aracaju.

É possível perceber a colisão entre os dois intelectuais e representantes do povo sobre a perspectiva política administrativa frente à Educação na Escola Normal no período supracitado. Irei trabalhar em busca do que poderá ter acontecido para que o presidente da província de Sergipe tenha modificado a estrutura curricular da escola e com isso causado tanto desconforto frente ao pároco da Igreja Católica, o Sr. Monsenhor Olympio de Souza Campos, dos quais foram publicados vários artigos em jornais da época, causando em ambos os lados críticas perante a sociedade sergipana.

Podemos observar que nesse período o Brasil passa por varias modificações no sistema curricular das escolas normais, várias foram as reformas e mesmo assim não chegavam ao consenso de comum acordo entre os governantes, pois, eram várias as posições por partes dos representantes desse período, como: os moderadores, conservadores, liberais, monarquistas. Em fim, um sistema que durante vários anos não se tinha uma linha definida para que as escolas em seus cursos primários e secundários pudessem manter a mesma estrutura do sistema de ensino.

A partir desse dilema irei discorrer a trama frente à Educação da cadeira da disciplina do Ensino Religioso na Escola Normal de Aracaju no final do século XIX e início do século XX, e com isso descobrir o que levou as duas lideranças a se confrontarem no período em que o Sr. Herculano Marcos Inglês de Sousa foi presidente dessa província, e o Monsenhor Olympio de Souza Campos padre da Igreja Matriz de Aracaju.

O Brasil no período imperial sofre com o sistema educacional desde sua criação frente aos moldes de ensino que esse traz de outros países, como França e Inglaterra, menos

preza ou altera o rumo que a educação brasileira irá ter nos próximos séculos e até mesmo no século atual por não ser tão otimista, como descreve a escritora sergipana.

Com o Alvará de 28 de junho de 1759 de D. José I, sob a influência de seu famoso e discutido Ministro, o Marquês de Pombal, encerrava-se o monopólio que os discípulos de Inácio de Loiola, por mais de dois séculos, exerceram na educação de Portugal e suas colônias de além-mar. Drasticamente, extinguíram-se todas as Classes, e Escolas, que com tão perniciosos e funestos efeitos lhes foram confiados os opostos fins da instrução, e da edificação dos fiéis Vassalos: Abolindo até a memória das mesmas Classes, e Escolas como se nunca houvessem existido nos meus Reinos, e Domínios, onde têm causado tão enormes Lesões, e tão graves escândalos. (NUNES, 1988, p.17).

Com a vinda da Família Real para o Brasil em 1808, e com a independência do Brasil em 1822, começa então, outro olhar sobre a educação brasileira, pois era fundamental que a elite dirigente dessa nação fosse pessoas letradas.

Basta observar as mudanças no mundo nesse período, as transformações que ocorriam na França e Inglaterra com as revoluções industriais, nos quais esses países precisavam de novos mercados para consumir seus produtos e com isso fazer girar seus rendimentos e o Brasil foi vista como sendo de grande importância para tal.

Para explicar essas mudanças segundo Piletti (1991, p.41) e compreender as transformações políticas, econômicas e sociais, e, nela influir, “desenvolvem-se as ciências humanas: a História, a Sociologia, a Psicologia, a Antropologia e tantas outras”.

Observa-se a necessidade de modificação e estruturação no âmbito educacional, com as reformas pombalinas criam-se escolas úteis para fins do Estado a fim de formar a elite dirigente do país.

No Brasil imperial foram poucas as iniciativas do governo frente ao ensino primário, além de criar várias leis, segundo Piletti.

Em 1823, através de decreto de 1º. De março, foi criada no Rio de Janeiro uma escola que deveria trabalhar segundo o método Lancaster, ou do ensino mútuo. Segundo esse método, baseado na obra de Joseph Lancaster (Sistema monitorial, 1798), haveria apenas um professor por escola e, para cada grupo de dez alunos (decúria), haveria um aluno menos ignorante (decurião) que ensinaria os demais. [...] A Constituição outorgada em 1824 limitou-se a estabelecer que “a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”. (art. 179). [...] Uma lei de 1827 determinou que deveriam ser criadas escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos, e escolas de meninas nas cidades mais populosas, dispositivos que nunca chegaram a ser cumpridos. (PILLETI, 1991, p. 42-43).

Podemos observar que deixado ao encargo das províncias, o ensino primário era pouco difundido, entre outras, pelas seguintes razões: orçamentos escassos, escravos não podiam freqüentar as escolas e os cursos não eram exigidos para ingressar no secundário, além do mais a preocupação do governo era formar a elite dirigente, objetivos centralizados nos cursos secundários e superiores.

A má formação dos professores era outro fator de caráter emergencial para ser observado nesse período de estudo, como demonstra Pilleti.

Durante o Império, pouco ou nada se fez para a formação dos professores. Segundo a já citada lei de 15 de outubro de 1827, eram vitalícios “os provimentos dos professores e mestres”, e os que não estivessem capacitados deveriam “instruir-se em curto prazo e à custa dos seus ordenados, nas escolas das capitais”. [...] Resultado desses dispositivos, e do descaso a que sempre foi relegado o trabalho do professor, foi o baixo desempenho que sempre alcançado. Na inexistência de cursos destinados à formação dos professores, estes eram selecionados com base em três condições: maioridade, moralidade e capacidade, sendo que a última, às vezes, eram medida através de concurso. (PILLETI, 1991, p. 44).

Não posso falar da educação em Sergipe sem ter mencionado a passagem pelo sistema como um todo, o Brasil, pois, é através desse que podemos analisar como a Educação se comporta perante a quem estar no poder governando a província. E é através desse que irei trabalhar um recorte temporal da minha pesquisa em Sergipe no período em que o Sr. Herculano Marcos Inglês de Sousa foi presidente dessa província até o governo do Sr. Olympio de Souza Campos, compreendendo assim o ano de 1881 até 1902.

2 – DESENVOLVIMENTO

2.1 - O presidente da província de Sergipe, Herculano Marcos Inglês de Souza e seus ideais liberais frente à educação na Escola Normal de Aracaju, 1881.

Em período de turbulência na política da província de Sergipe em final de século XIX, há modificações na estrutura política e educacional de todo país, e, em Sergipe nesse espaço de tempo, está passando por forte divergência política administrativa, foi empossado o então jovem de idéias liberais formado em Direito tendo estudado em duas das melhores Faculdades do Brasil, Faculdade de Direito de Recife e de São Paulo, o então Advogado,

escritor e professor Herculano Marcos Inglês de Sousa, enviado para governar a Província de Sergipe e assim tentar organizar a estrutura política e educacional.

Filho do Desembargador, o Sr. Marcos Antônio Rodrigues de Souza e Dona Henriqueta Amália de Góis Brito, uma das famílias mais conceituada do Pará, nasceu em Óbidos – Pará, às margens do Amazonas, em 28 de dezembro de 1853. Estudou a formação básica em São Luís e no Rio de Janeiro, em 1871 entrou para a Faculdade de Direito de Recife e finaliza seu curso na Faculdade de Direito de São Paulo em 1876. Teve bastante influência das leituras dos romancistas franceses como (Balzac, Flaubert e tantos outros) e das idéias do jurista Rodolf Von Ihering¹.

É na cidade de Santos que Marcos Inglês de Sousa produz e publica suas obras, torna-se editor e criador do jornal *Tribuna Liberal* (1878), tornando assim o jornal do partido Liberal, o qual muito agradou a classe que fazia parte desse grupo. Em 1879, funda a *Revista Nacional de Arte, Ciências e Letras* na cidade de São Paulo, sendo que devido a esses contatos com políticos influentes que sua posição como político começa a emergir. Com a influência que sua família tinha e seu grau de conhecimento e estudo, ficou fácil para ingressar no campo político, aonde exerceu atividade como Deputado Provincial, pelo Distrito da Marinha, em Santos, com mandato de 1880 a 1883.

Foi nomeado presidente da província de Sergipe por carta imperial datada de 2 de maio de 1881, tomando posse a 18 de maio do mesmo ano. Sua missão nessa província era de controlar uma rebelião da guarnição militar local e de supervisionar a aplicação da recém-promulgada Lei Saraiva, que instituiu o uso do título de eleitor, além de eleições para senador, deputado geral, deputado provincial, vereador e juiz de paz. (SETEMY, 2009, p.1).

A produção intelectual de Inglês de Sousa se restringe a cinco obras literárias e algumas de direito (principalmente comercial). Ainda em Recife, ele escreveu *O Cacauleta*, que seria publicado em folhetins no *Diário de Santos* em 1876, junto com alguns contos que seriam reunidos, em 1893, nos *Contos Amazônicos* — editados no Rio de Janeiro. O romance *História de um Pescador* saiu no mesmo ano daquele escrito no Nordeste, só que impresso pela gráfica da *Tribuna Liberal* de São Paulo. *O Coronel Sangrado*, mesmo já tendo seu anúncio de publicação em 1877, só foi editado em 1882 em São Paulo. A sua mais conhecida obra literária, *O Missionário*, só ganhou notoriedade após a segunda edição, com o prefácio do crítico Araripe Júnior, em 1899 (a primeira edição foi em Santos em 1891). De seus

trabalhos jurídicos destacam-se *Títulos ao Portador no Direito Brasileiro* (1898) e o *Projeto do Código Comercial* (1912).

Contudo, a síntese de seu pensamento jurídico pode ser encontrada na conferência à colação de grau dos alunos da Faculdade de Direito do Rio, em 1910 — publicada na *Revista Americana*, em fevereiro de 1911. Nesta palestra, ele apresenta a necessidade de procurarmos um *outro direito*, pois “o mundo não é mais romano”. Ainda nesta conferência, defende o divórcio, pois “a família, liberta dos preconceitos da superioridade do homem [...] tende a reorganizar-se sobre os fundamentos do amor e do consentimento recíproco”. (LEITE, 2002, p. 2).

Um dos períodos de maior turbulência na administração pública de Herculano Marcos Inglês de Sousa, foi na Província de Sergipe, quanto à reforma da estrutura curricular na educação da Escola Normal de Aracaju, visto que essa reforma, aos olhos do presidente, só viria a melhorar sua organização curricular e estruturar seu quadro de melhorias na educação dessa província.

Observa-se na formação e na estrutura política formadora de Marcos Inglês de Sousa, de quais fontes ele bebeu e quais concepções de mundo educacional visava alcançar para melhorar a educação nas províncias e assim os estudantes tivessem uma outra visão de mundo, visto que a educação passada perante a vigente lei na Constituição do Império, servia apenas de interesses para os mais abastados poderem frequentar cadeiras de nível superior, deixando de lado a classe pobre, e, sem contar com uma visão de mundo não laicista perante a educação ministrada pelo poder público.

Tendo sua formação liberal e com capacidade de visão futurista de mercado e de educação promissora e de qualidade para todos, observando como uma mente pensante perante a um país ministrado e organizado dentre da doutrina religiosa poderia aceitar uma educação sem os preceitos religiosos dentro da mesma, vindo até então com esse enraizamento, provocara um sentimento de repulsa ou revolta em se pensar na não aceitação desse modelo de ensino dentro das escolas, mantido pelo governo e a não aceitação por parte da classe conservadora, fica ainda mais visível quando o mesmo Marcos Inglês de Sousa busca inovar esse modelo de educação nas províncias de São Paulo e de Sergipe.

É na província de Sergipe aonde é encontrada maior resistência por parte do Monarquista e conservador padre Olímpio de Souza Campos, tendo em vista que o Presidente da província retira a cátedra de Religião da Escola Normal, causando assim descontentamento e um grito de repúdio por toda a comunidade conservadora sergipana.

Para aquele que quer ver novas formas de se pensar, refletir e criar novos caminhos que possam alcançar descobertas além das que estão sendo estudadas naquele período, visto por muitos liberais como atrasado, é de fundamental importância as mudanças, principalmente na educação, sendo que o estado é laico e não necessita de tal fundamentação para se manter inerente no caminho da prosperidade e do desenvolvimento.

Visto de cima para baixo deixamos de ganhar com idéias novas liberais para manter-nos presos aos processos retrógrados mantidos por uma sociedade conservadora católica e que busca manter os interesses de uma classe dominante sem se preocupar com a maior parte da população, incluindo aí nesses processos a exclusão de toda uma classe por todo o país, negros em sua maior parte escravos ou remanescentes, mulheres e brancos analfabetos, esses sem direito a uma educação de qualidade, sem empregos dignos, nem direito como cidadão ao voto para eleger seus mandatários.

Herculano Marcos Inglês de Sousa é nomeado como presidente da província de Sergipe pelo Conselheiro José Antônio Saraiva, em 2 de maio de 1881 e empossado em 18 de maio do mesmo ano e ficando a frente do cargo até 22 de março de 1882.²

Para ser nomeado presidente de uma província é preciso ter conhecimento político, ser de preferência formado em Bacharel em Direito e já ter exercido cargo público de preferência já ter sido Deputado Provincial e nesse caso, Inglês de Sousa se encaixava, além do mais era conhecido de grande parte dos letrados e influentes do Partido Liberal.

[...] Um belo dia, o Conselheiro Saraiva nomeia [...] [Inglês de Sousa] presidente de Sergipe. O Partido Liberal se achava dividido na pequena província. A situação era delicada. Meu pai tinha que garantir a liberdade do voto, na primeira eleição que se ia processar. Foi recebido pelo Imperador. Segundo ele próprio contava, D. Pedro II começou por dizer-lhe: [...]

- Já o conheço de nome. Sei que é um moço-velho.

E quando meu pai declarou:

- Tenho instruções do Presidente do Conselho para fazer respeitar a liberdade eleitoral... [...]

Retrucou-lhe o Imperador:

- Isto são histórias do Sr. Saraiva. Não persiga os seus inimigos. Pode proteger seus amigos.

Mas o moço-velho fez realizar a eleição com absoluta liberdade e plenas garantias (BARBOSA, 1954, p. 145).

Observa que em todo o sistema de ordem política administrativa de uma província, o Presidente era nomeado pelo Imperador, pois era considerado um cargo de confiança e de maestria para organizar e manter a ordem de toda a natureza frente ao seu governo.

Diante ao que estava exposto na Lei de 3 de outubro de 1834, sobre as atribuições dos presidentes das províncias, percebe-se que esses personagens sociais eram empregados do Império e dele recebiam seus salários, de modo que não podiam exercer outras atividades enquanto estivesse como presidente de província, além do mais esse cargo era a primeira autoridade na província com poderes nele inerente que representava o poder do Império, além de que todos na província independente de situação política ou classe social, eram subordinados a ele.

Bem como cabia ao presidente da província executar as leis decretadas pelo império, fazer cumprir toda e qualquer ordem vinda do Imperador, dispor da força e fazer manter a paz e tranquilidade na província e informar ao governo central todo e qualquer problema na execução das leis ou acontecimento importante existente na província.

Eram de grande importância e valor o cargo de presidente da província, pois dentro da administração tinha ele que manter organizado e controlar os gastos públicos além de estruturar a máquina administrativa para que a província tivesse crescimento e se desenvolvesse, sendo assim um bom administrador para o governo do Império, tendo com tudo isso uma possível cadeira de senador para representar a província por ele escolhido.

Porém, nem sempre era pacificador a carreira pública de um presidente de província, o mesmo tendo uma ampla visão de mundo modernizado, frente ao Partido Liberal, teve em sua passagem como Presidente da província de Sergipe turbulência no período do seu mandato, pois a partir da reestruturação do ensino público que visava a retirada de cátedra do ensino religioso da Escola Normal, passa a desagradar a muitos dos que não queriam essas mudanças, trazendo dentro desses sentimentos de mudanças não cabíveis para o estado e para o ensino, visto que o lado opositor se mantinha firme no propósito de que para uma boa educação era preciso manter no seu quadro de ensino, a disciplina de religião para que os jovens que estudassem pudessem adquirir conhecimentos necessários para se manterem firmes na fé, na religião e no caminho com Deus.

O cargo de presidente de província era tão importante que segundo Carvalho (1981),

[...] uma vez que dependia a vitória do governo nas eleições. Mas mesmo em períodos não eleitorais o presidente conservava atribuições importantes, uma vez que controlava nomeações estratégicas como a dos promotores, delegados e subdelegados de polícia e oficiais inferiores da Guarda Nacional. Indicava ainda os oficiais do recrutamento militar, reconhecia a validade de eleições municipais e encaminhava ao ministro do Império, com parecer pessoal anexos, os pedidos de concessão de títulos honoríficos, a começar pelos de nobreza (CARVALHO, 1981, p. 94-95).

Diante de tais fatos outras formas de se expressar seus cultos religiosos e expansão das religiões começam a se espalhar pelo Brasil. A questão religiosa marcou o início da renovação católica no Brasil, que se aprofundou no período republicano, essa autonomia diante do Estado firmou uma igreja mais universalista e mais romana, o que fez ao mesmo tempo, enfrentar a concorrência de outros grupos religiosos e ideológicos além do protestantismo, bem como o positivismo e o espiritismo.

Daí surge o então foco das mudanças educacionais vinda de outros países influentes como a França, Inglaterra e Estados Unidos, com propagandas liberais prontas para mudar a estrutura educacional de Brasil, no entanto, enfrentava forte resistência com os monarquistas e conservadorismos da Igreja Católica, os quais resistiam por considerar que a religião Católica era a religião oficial do Estado, com isso, era preciso manter o ensino religioso nas escolas provincianas. Como destaca em seu texto sobre protestantismo no Brasil, o professor Alderi Matos.

“O século 19 testemunhou um longo esforço dos protestantes no sentido de obter completa legalidade e liberdade no Brasil, 80 anos de avanço lento, porém contínuo, em direção à plena tolerância (1810-1890). Um passo importante na conquista da liberdade de expressão e de propaganda ocorreu quando o missionário Robert Reid Kalley, pressionado pelas autoridades, consultou alguns juristas destacados e obteve opiniões favoráveis quanto às suas atividades religiosas. Finalmente, em 1890, um decreto do governo republicano consagrou a separação entre a Igreja e o Estado, assegurando aos protestantes pleno reconhecimento e proteção legal. A nova expressão religiosa se implantou no Brasil em duas fases: protestantismo de imigração e protestantismo missionário”. (MATOS, [2016]).

Os interesses dos políticos liberais por reestruturar a educação no Brasil nas Escolas Normais das províncias vinham fortalecendo no final do século XIX, com as iniciativas dos governos positivistas que viam nessa nova fase de desenvolvimento no país chance de crescimento e desenvolvimento através da educação, apesar de muitas províncias serem governadas por políticos de partidos monarquistas conservadores.

Figura 1: Herculano Marcos Inglês de Souza



Fonte: Arquivo da Academia Brasileira de Letras

2.2 - As divergências na Educação da Escola Normal de Aracaju frente ao pensamento do ideal liberal e o pensamento católico conservador.

Na ocasião da nomeação de Herculano Marcos Inglês de Sousa como presidente da província de Sergipe, 18 maio de 1881, essa província estava passando por varias dificuldades em todos os âmbitos da estrutura política, tendo esse que superar a crise e ganhar fôlego para manter uma nova roupagem na província sergipana, alavancando suas estruturas administrativas e com isso ganhar prestígio perante o Império.

O primeiro passo que Marcos Inglês de Sousa começa a traçar em sua administração publica é a de levantar quais problemas a província estava passando e assim buscar recursos na capital do Império para organizar e estruturar a província. No mais, montar e organizar uma nova roupagem na educação da província principalmente na reforma da grade curricular na Escola Normal.

No entanto, para situarmos é preciso saber como o país estava emergido no sistema educacional e qual a sua estrutura, afinal o presidente da província sergipana Marcos Inglês de

Sousa, tinha uma outra visão de mundo frente a educação, fruto de luta e impasses na sua administração como Deputado Provincial por São Paulo.

Segundo a historiadora e professora Maria Thetis Nunes em seu livro *História da Educação em Sergipe*, ela nos remete que.

[...] No campo das idéias, os anos que se iniciam são marcados pelo ceticismo, pelo negativismo religioso e pela aceitação das mais diversas correntes, desde o evolucionismo de Spencer, o transformismo de Darwin, o materialismo mecanicista de Büchner, o cientismo naturalista de Haeckel e o positivismo comtiano, ao realismo de Zola e Eça de Queiroz e o simbolismo de Baudelaire. (NUNES, 1984 p. 139).

Além de tudo isso o Brasil estava passando por outra forte corrente no campo da educação, os jovens bacharéis que estudavam na Faculdade de Direito de Recife, tinham outras ideias e visão de mundo mais organizado educacionalmente frente a outros países em desenvolvimento. Pensar, ver e viver uma educação mais promissora, frente aos pensamentos idealizadores de seus professores como Tobias Barreto e tantos outros com ideias inovadoras vindas de países desenvolvidos, principalmente europeus.

Por outro lado surgiam novas reformas no campo da Educação e uma das mais revolucionárias do Império foi a Reforma de Leôncio de Carvalho, Decreto de 20 de abril de 1877, tornando livre a frequência aos estabelecimentos de ensino, podendo qualquer pessoa frequentar suas aulas, outro ponto nessa reforma foi a liberdade de crença, dispensando os estudantes não católicos do exame de religião e tantas outras modificações a ela inerente para um país que era plenamente conservador. Essa reforma que não foi aceita tanto pelo Colégio Pedro II, bem como os Liceus das províncias, causando assim desinteresse por parte dos alunos, diminuindo assim o número de matriculas, o que após três anos outro Decreto foi lançado, o Decreto nº 8.051, de 24 de março de 1881, conhecido como Reforma Barão Homem de Melo, o que se voltava a situação anterior.

Com tantas modificações entre Decretos e Reformas, começa então as mudanças feitas em varias províncias pelos seus presidentes. Em Sergipe coube ao jovem de 31 anos de idade, paraense e com ideias revolucionárias e progressistas a tarefa de organizar a estrutura do ensino na província sergipana, o Sr. Herculano Marcos Inglês de Sousa. No entanto, essas modificações trouxeram grandes debates e pressões pelos adeptos da classe dominante em que muitos eram mantenedores do conservadorismo.

As Reformas na educação das províncias tinham por objetivos melhorar a educação para tentar se adequar aos meios em que as províncias precisavam de acordo com sua estrutura financeira, e de ordem para manter um acentuado nível de conhecimento técnico e especializado para manter o mercado de trabalho abastecido com níveis de qualidade no ensino, visto que essas reformas visavam a realidade social da terra. Segundo Nunes;

Ao baixar o Regulamento da Instrução Pública de 11 de setembro de 1881, o Presidente Inglês de Sousa tentava, principalmente, consolidar a legislação variada e esparsa, fruto das sucessivas reformas educacionais em Sergipe desde 1870, sob a influência das tentativas de renovação da política educacional do Império. Modificou-se o plano de classificação das cadeiras do ensino primário em vigor, substituindo pela instituição de escolas de 1ª classe, abrangendo as cadeiras urbanas da Capital e das cidades de Maruim, Laranjeiras e Estância; de 2ª classe, englobando as das demais cidades, as suburbanas da Capital, Maruim, Laranjeiras, Estância e a da Barra dos Coqueiros; de 3ª classe, as das Vilas; e de 4ª classe, as dos Povoados. Passava a ser privativo dos diplomados pela Escola Normal o exercício do magistério das cadeiras de 1ª classe. Somente, se não existissem candidatos assim habilitados, poderiam ser admitidos leigos concursados. (NUNES, 1984. p. 143).

E continua segundo Nunes, a reforma que mais causou polemica e critica por parte dos conservadores.

Desaparecia a instrução religiosa do currículo primário, numa influência das alterações introduzidas pela Reforma Leôncio de Carvalho que estabelecia a liberdade de crença, tirando o sentido obrigatório do ensino religioso, desde quando a “instrução obrigatória é manifestadamente incompatível com a tolerância”. Adotava-se, assim, a laicização do ensino, num desafio à tradição. Era aberto o caminho para a co-educação pelo art. 75, que estabelecia: “As escolas públicas serão freqüentadas por indivíduos do mesmo sexo; todavia, quando não houver em uma localidade número de matriculados que exija a criação de escolas para ambos os sexos, será adotado o ensino misto, ministrado por professora”. (NUNES, 1984. p. 144).

Tendo em vista essas reformas começa então uma série de críticas encaminhadas ao presidente Inglês de Sousa, frente às suas reformas, mudando assim a estrutura da família patriarcal em sua tradição e preconceito que a classe dominante tinha nessa sociedade.

Outro modo de se pensar frente as ideias do jovem presidente são as inserção nos quadros da modernidade, que mantiveram-se as estruturas de hegemonia político-econômica e social vindas da época do Império, como pode-se observar a continuidade da mentalidade católica-conservadora que apesar de sofre o golpe da separação Igreja X Estado imposto pela Constituição de 1891. No final do século XIX, a ciência significava a ideologia da

modernização, imposta às atrasadas e supersticiosas massas rurais, pelos chamados científicos, elites políticas esclarecidas de oligarcas inspirados pelo positivismo.

Mas, dentro do novo regime em que o Estado instituiu o sistema da neutralidade escolar, a escola que antes se desenvolvia à sombra da Igreja, religião oficial no Império, continuou a progredir pela iniciativa privada e sob o impulso de diversas ordens religiosas. No país já dividido entre diferentes crenças, nenhuma das quais chegava ainda a disputar a primazia da Igreja, destacavam-se nitidamente os dois pontos de vista confessionais, - o católico e o protestante, desenvolvendo-se um ao lado do outro, à sombra do princípio constitucional da liberdade de pensamento e de crenças, e tendo, entre ambos, a instituição interconfessional, a escola leiga, neutra, do ensino público, sob a influência efêmera das ideias positivistas. (AZEVEDO, 1976, p. 126).

Olhando pelo lado do processo civilizador que os jovens estão vivendo e estudando destaca Maria Inés Mudrovicic.

O nascimento do nosso moderno conceito de história, que a concebe em oposição a qualquer história providencialista – como cenário da ação humana é uma das consequências do processo de secularização no qual a religião perde seu elemento político. Só assim se pôde pensar em uma filosofia da história na qual a humanidade se coloca como sujeito de um devir temporal civilizatório. A temporalidade moderna, concebida como história, anula deste modo o *topoi* clássico da história como *magistra vitae* e torna possível pensar o progresso. (MUDROVICIC, 2011, p. 199).

Três elementos da reforma feita por Marcos Inglês de Sousa, foram o estopim para que houvesse manifestações contrárias à sua forma e visão frente à Reforma da Educação, entre elas: a retirada da cátedra do ensino religioso e sua ausência do currículo da Escola Normal, o curso secundário seriado e a Escola Normal mista.

Conforme decreto de 19 de abril de 1878, o Presidente da Província Marcos Inglês de Souza, ver a necessidade de dar maior atenção ao curso secundário do Ateneu Sergipense, garantindo assim que os alunos tivessem melhor aproveitamento e pudesse habilitar-se à matrícula nos cursos superiores do Império. Com isso o regulamento de 9 de janeiro de 1877, referente ao Ateneu seja executado com as seguintes modificações, no artigo 1º. O Ateneu Sergipense passará a denominar-se Liceu Secundário de Sergipe, com as seguintes Cadeiras:

Tabela: 01 – Cadeiras de estudos do Liceu Secundário de Sergipe – 1881.

1º ano	
1ª cadeira	Leitura dos prosadores brasileiros, exercícios de declamação; Gramática da língua.
2ª cadeira	Aritmética até proporções, Geometria plana.
4ª cadeira	Princípios de Geologia, Geografia física, estudo feito sobre mapas e esferas.

2º ano	
1ª cadeira	Leitura dos prosadores e poetas da Língua Nacional, exercícios de declamação; Gramática da língua, análise lógica e gramatical dos clássicos.
2ª cadeira	Continuação de Aritmética até logaritmos, sistema métrico decimal, Geometria no espaço, Álgebra até equação do 1º grau.
4ª cadeira	Geografia geral e especial do Brasil, História antiga.

3º ano	
1ª cadeira	Gramática geral e filosófica; estudos de Estilo, Retórica e Poética.
2ª cadeira	Álgebra até equação de 2º grau, Geometria no espaço, princípios de Astronomia.
3ª cadeira	Princípios gerais de Física e Química, <i>aplicados à indústria e à agricultura.</i>
4ª cadeira	Geografia política e comercial, História da Idade Média, estudo feito à vista dos mapas respectivos.

4º ano	
1ª cadeira	Gramática geral e filosófica e elementos da literatura nacional.
3ª cadeira	Continuação dos princípios de Física e Química, aplicados à indústria e à agricultura, História Natural.
4ª cadeira	História dos tempos modernos, História do Brasil, Corografia da Província de Sergipe.

5ª cadeira	Gramática latina, tradução do Eutrópio, Cornélio Nepos e Justino.
6ª cadeira	Gramática francesa, conversação e tradução.
10ª cadeira	Escrituração mercantil por partidas dobradas.

5º ano	
5ª cadeira	Gramática latina, tradução de Virgílio, Cícero, Júlio César e Salústio, composição.
6ª cadeira	Gramática da língua francesa, tradução, versão, elementos de literatura.
7ª cadeira	Gramática da língua inglesa, tradução, versão, elementos de literatura.
8ª cadeira	Gramática da língua alemã, composição, versão.
10ª cadeira	Escrituração mercantil por partidas dobradas.

6º ano	
5ª cadeira	Gramática da língua latina, tradução de Horácio, Tito Lívio e Tácito, versão, elementos de literatura.
6ª cadeira	Elementos de literatura da língua francesa.
8ª cadeira	Língua alemã, tradução, versão, elementos de literatura.
9ª cadeira	Gramática da língua italiana, tradução, versão, elementos de literatura da língua.
11ª cadeira	Filosofia racional e moral, noções de Direito público, constitucional das gentes

Essas eram as cadeiras do Liceu Secundário de Sergipe no período do governo de Herculano Marcos Inglês de Souza, em 1881.

O aluno que concluísse o curso e, no prazo de 30 dias, apresentasse uma dissertação sobre um ponto de alguma matéria escolhida pela Congregação, e o defendesse oralmente, receberia o título de Bacharel em Letras. Este daria ao portador o direito de preferência a qualquer emprego público na Província, independente de concurso, inclusive para provimento de cargos de professor do Liceu. Era essa disposição do Regimento (art. 146) uma tentativa de fazer ir o curso secundário além do simples caminho para os Preparatórios. (NUNES, 1984. pp. 145 e 146).

Seguindo as ideias de modernidade e tendo compromisso com o crescimento da província, o presidente Inglês de Souza com sua visão de futuro, mostra os caminhos os quais a educação poderá seguir. Podendo abrir caminhos para uma nova metodologia de ensino na educação através de um olhar modernizador, abrindo assim novos modelos de grade curricular, mostrando que o Estado e a Igreja são divergentes em seus modos de pensar. Podemos ver essas ideias de modernidades introduzidas no Brasil, como demonstra Silva.

Assim, a modernidade educacional era representada no Brasil de então pelas escolas protestantes que, adotando o chamado “método de coisas”, inspirando-se em teóricos educacionais humanistas e liberais, além da utilização de recursos pedagógicos atualizados com o progresso. Assumiram a vanguarda educacional no país. (SILVA, 2000, p. 15).

É a mudança em curso contra o conservadorismo em plena época de expansão nos mundos das ideias vindas de varias parte do mundo, principalmente dos americanos e europeus buscando enriquecer os métodos e metodologias dentro da educação brasileira, principalmente nas províncias mais distantes da Capital do Império, visto que por essas pragas que mandava e desmandava era o coronelismo.

2.3 - O padre Olympio de Souza Campos na luta para manter perante as leis, a cátedra do ensino religioso na Escola Normal de Aracaju.

A organização do ensino público na província de Sergipe vinha de lutas e impasse durante todo o período imperial, mas foi no governo de Herculano Marcos Inglês de Sousa, que ocorreu um forte debate para manter a cátedra do ensino de Religião, o qual o Padre Olympio de Sousa Campos, pároco da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, (atual Matriz de Aracaju), se ofereceu para lecionar o ensino religioso na Escola Norma de Aracaju.

Frente a todo esse impasse podemos observar o que se passava na transição política do Brasil no final do século XIX, os novos moldes que buscam se consolidar e que encontravam muita resistência, isso desde as cidades grandes, bem como as pequenas cidades provincianas no norte e nordeste de país.

O debate entre Monsenhor Olympio Campos contra a reforma organizada pelo presidente da província Marcos Inglês de Sousa, durou meses e ao final o próprio padre publicou os artigos dos jornais em um livro denominado de: *O Ensino Religioso na Escola*

Normal da Província de Sergipe: À Minha Província e o seu Actual Presidente o Sr. Dr. Herculano Marcos Inglez de Souza.

Ocorre que dentro de toda essa repercussão entre o padre Olympio Campos e Marcos Inglês de Sousa, entra em cena outro personagem por nome de *Homo*, o qual Olympio Campos atribui as missivas a Marcos Inglês de Sousa.

Assim descreve como iniciou todo esse debate frente à Instrução Publica na província de Sergipe, segundo Feitoza.

Em meio a esse clima de significativa movimentação em Aracaju, a manhã de 13 de julho de 1881 reservava o início de mais um conflito, que ganharia significativas proporções na imprensa sergipana e estava próximo de irromper entre o Palácio Provincial e a Matriz aracajuana. [...] Nas primeiras horas daquela quarta-feira, o padre Olympio Campos, vigário de Aracaju, iniciava sua rotina com o *ofício das horas*, oração matutina que antecedia a primeira missa. Logo após a celebração, dirige-se o padre ao desjejum, momento em que tinha em suas mãos as principais informações do dia e onde, ao ler “o Jornal Oficial”, recebeu a notícia de “que o Estado e a Província” de Sergipe “não teem restricta obrigação de ensinar Religião, e que se alguém corre semelhante dever é aos parachos, que assim desempenham uma de suas mais elevadas missões”, significando, essa notícia, o fim da cadeira de ensino religioso da recém-criada Escola Normal de Sergipe.(FEITOZA, 2015, p.23-24).

Olympio Campos em seus artigos publicados³ em formato de livro faz à seguinte referência.

A Minha Província e a seu actual Presidente o Sr. Dr. Herculano Marcos Inglez de Souza, por acto de 4 do vigente mas S. Ex. o Sr. Presidente da Província entendeu reformar a Instrução Publica. [...]Tal reforma consistio em crear no então Atheneu Sergipense, e hoje Lyceu Secundário de Sergipe, um Curso de Bacharel em Letras, e uma Eschóla Normal com um Curso de 3 annos, omittindo todavia uma cadeira para o ensino da Religião do Estado, consagrada no Art. 5º da Constituição Política do Império. (CAMPOS, 1882 p.1).

Começa então com essas mudanças no ensino na Província de Sergipe, toda uma fase de debate entre os que estavam no poder, os liberais, contra os monarquistas conservadores.

O padre então defende que como pode um país, ou estado esse professar com retidão um ensino de qualidade sem o devido ensinamento da religião do Império e do estado, o Christianismo, sendo a Religião Católica Apostólica Romana a oficial do estado e solicita explicação e uma posição por parte do Presidente da província.

Ilm. e Exm. Sr. – Lendo no Jornal official de hontem, em referencia a Escola Normal ultimamente creada por V. Ex., “que o Estado e a Província não tem restricta obrigação de ensinar Religião, e que se alguém corre semelhante dever é aos parochos, que assim desempenham uma de suas mais elavadas missões,” parochos sergipanos, embora obscuro, não pude conservar-me quedo e reprimir os sentimentos que em mim despertou tal confissão, que considero, se não vai nisto offensa ao órgão do governo, um attentado à Constituição Política do Império às crenças religiosas desta província, que não quer, não ambiciona, repelle até aquelles de seus filhos que haurem os rudimentos da sciencia em escholas sem Fé dirigidas por mestres sem Deus. (CAMPOS, 1882, p.2).

As alterações do currículo escolar faziam parte do processo de reforma que passava a instrução pública desde o decreto de 04 de julho de 1881, que foi instaurado sob o comando do presidente da província de Sergipe, Herculano Marcos Inglês de Sousa, o qual previa a reformulação da educação pública em Sergipe, para se enquadrar às novas concepções pedagógicas que circulavam no Brasil, dando em Sergipe, a implantação da Reforma “Leônicio de Carvalho”.

E em seu segundo ofício encaminha ao presidente da província Herculano Marcos Inglês de Sousa, o padre Olympio Campos remete:

V. Ex. permita que eu pasme ante esta declaração do órgão official: “O Estado e a Província não teem restricta obrigação de ensinar Religião!” Não está ainda em vigor o artigo 5º. Da Constituição? Como não ensinar-se a Religião, se se admitte officialmente os ministros dessa mesma Religião? Já foi suppressa a cadeira de Direito Ecclesiastico nos Cursos Jurídicos do Recife e S. Paulo? Não se exige mais o jurameento dos empregados do Estado? E como ser Convencido esse juramento sem ser instruído competentemente aquelle que o presta? O Collegio Pero II e a Eschola Normal da Côrte dório de Janeiro, Pernambuco e Bahia serão mais retrógados que o de Sergipe que olha a Religião como uma cousa dispensável na eschola? Não é de Presumir [...](CAMPOS, 1882. p. 4).

Confio por tanto que V. Ex. que por actos tem-se revelado fiel seguidor da Religião de Jesus Christo, como sincero executor das Leis do Paíz, não se recusará crear na Eschola Normal a cadeira de Religião, sem que d’ahi resulte ônus algum para os cofres públicos, porque prestar-me-hei gratuitamente por todo o tempo que entender a administração que poderá todavia dispensar-me logo que encontre outro mais habilitado. [...](Ibidem, p.4).

Reitéro a V. Ex. os meus protestos de alta estima e subida consideração. – Aracajú, 14 de Julho de 1881. [...](Ibidem, p.4).

Ilm. e Exm. Sr. Dr. Herculando Marcos Inglez de Souza, M. D. Presidente da Provincia. – Padre *Olympio de Sousa Campos*, vigário encommendado da Capital. [...](Ibidem, p.4).

Nesse debate político ver-se a necessidade de observações perante a História de lutas para manter um novo sistema de Ensino voltado para toda uma população em que não havia a devida obrigação do estado manter uma cadeira do ensino religioso, pois o governo atuante na província via uma visão de mundo moderno e queria que o Brasil seguisse o modelo de países

desenvolvidos como o exemplo da Inglaterra, pois, para que um país se desenvolvesse era preciso começar pela educação, visão do presidente Marcos Inglês de Souza.

Para o Monsenhor Olympio Campos essa visão de mudanças não podia deixar de fora o Ensino Religioso nas escolas, pois essa seguia uma normalização do sistema educativo do governo imperial e a Religião Católica, era segundo o padre, a religião oficial do país, e por isso não poderia ficar de fora no caminho educacional dos estudantes.

Como se vê nos artigos publicados nos jornais e depois composto em um livreto pelo Monsenhor Olympio Campos, em nenhum momento o padre abdicou de seus deveres, no entanto o que o mesmo queria era manter a cadeira do ensino religioso no Liceu Secundário de Sergipe e na Escola Normal, oferecendo para lecionar gratuitamente, e que não foi atendido pelo presidente da província Marcos Inglês de Souza em ressalva como é descrito.

Por isso, o que requer V. Revm. É perfeitamente attendivel, sendo até muito louvável o zelo que manifesta pela diffusão das doutrinas da Religião, de que é digno Ministro. [...] Fica, pois, V. revm. Autorizado a abrir na Eschôla Normal uma aula de ensino religioso, ficando todavia bem entendido, primeiro que a província não acarretará jamais com as despesas dessa aula; segundo, que os alumnos não catholicos não serão obrigados a frequentar-a. – Deus Guarde a V. Revm. – *Herculano Marcos Inglez de Souza*. – evm. Sr. Vigario da Freguezia da Capital, Padre Olympio de Souza Campos. (CAMPOS, 1882, p. 6).

E segue o padre Olympio Campos em sua missiva pedindo explicações ao Sr. Presidente Marcos Inglês, o porque fez pouco caso as suas indagações e não teve resposta nem posição por parte do representante da província.

A 23 de mez de Julho findo, publiquei nas colunas desta Gazeta a correspondência havida entre mim e o Sr. Dr. Marcos de Souza sobre o ensino da Religião do Estado na Eschola Normal, fazendo os commentarios que julguei convenientes. [...] Esperei que S. Ex. se dignasse acorrer em defesa de suas idéas no Jornal official; mas em vão. [...] S. Ex. entendeu que sob o regimen constitucional representativo podia guardar silêncio, se que fosse increpado de Dictador que gere os públicos negócios sem attender aos reclamos de seus jurisdicionados, que, aturdidos com as disposições da nova lei (a reforma da Instrucção) lhe fazem sentir seu justo clamor. (CAMPOS, 1882, p. 13).

Então como articulador contra os argumentos do Monsenhor Olympio Campos, o terceiro personagem desse trama político, entra no debate, um desconhecido por nome de *Homo*, como já citado anteriormente, esse argumenta sobre os artigos do padre e com isso

criar impasses para alegar não só o ensino religioso nas escolas como tentar desqualificar a posição da religião católica frente ao pensamento liberal.

Assim estavam as cousas quando surge no Echo Liberal de 31 de Julho alguém sob o pseudonymo Home. [...] Espalhou-se logo na cidade que Homo era o idêntico Sr. Dr. Marcos de Souza, que, não podendo pelo seu character de alto funcionario dar curso no Jornal official a idéas antagônicas às professadas pela Legislação do Paiz, desceu dos alcatifados salões de seu palácio e occultou-se entre “os toscos canaviaes de Simão Dias”. (CAMPOS, 1882, P.14).

As missivas lançadas por Homo ao padre Olympio Campos remete a vários assuntos dentro dos preceitos religiosos e com isso criar um debate com defesa firme por parte do padre, pois o mesmo remete todos os argumentos e respostas dentro da normativa religiosa, moral, cívica e histórica sem agredir nem difamar nenhum dos oponentes.

Por varias vezes o padre Olympio Campos convidou o Sr. Homo para debater e passar a limpo esse impasse, visto que Homo se escondia atrás de suas prerrogativas através do Jornal Echo Liberal, que no total escreveu três artigos e que o padre Olympio Campos travou intenso debate em seus trezes artigos publicados no Jornal Gazeta do Aracaju.

Em todos os artigos publicados pelo padre Olympio Campos, apenas os primeiros foram respondidos pelo então Presidente da Província Marcos Inglês de Souza, os demais foram rebatidos por Homo, ao qual Olympio Campos atribuía suas respostas e sua assinatura.

Tendo suas observações no decorrer de suas narrativas o padre Olympio Campos descreve:

Pois bem; o Governo, que coacta a plena liberdade dos cidadãos (e obra perfeitamente bem) nos casos e outros análogos, porque a hygiene physica, moral e intellectual dos indivíduos e dos povos assim exige, baseando-se no direito humano, deve, a fortiori, baseando-se no direito divino, limitar a plena liberdade em matéria de Religião, que é necessária porque ensina aos indivíduos e aos governos os deveres, cuja pratica os leva à consecução do seu objectivo. (CAMPOS, 1882, p. 129).

E logo em seguida remete dizendo:

A Fé, que recebeu no Baptismo, impelle S. Exv. A confessar que nas Escolas Normal e Primarias dá-se o ensino religioso, e que este é um relevante serviço à educação; anova moda, de que S. Exc. Não quer se afastar por ser homem de Côrte, o instiga a declarar na imprensa e em officios ao Exm. Vigario Geral e a mim questões de princípios determinaram S. Exc. A excluir a Religião do programma do

Curso Normal! [...] Em summa, S. Exc. Inscreveu o ensino religioso no Curso Normal, segundo os documentos citados; porque não aceitou o meu offerecimento para ministrar em uma hora o ensino que na 5ª parte dessa hora deve ou póde dar o professor de Pedagogia? [...] Instrução, moralidade, offerecimento gratuito, de presente e de futuro, cônica, maiores quantias, tudo dói posto à disposição de S. Exc.; e porque S. Exc. não aceitou minha offerta nos termos em que foi feita???... [...] Seria porque tive a incrível audácia de commeter o inaudito crime de dizer a verdade verdadeira ao distincto Sr. Presidente da província. (CAMPOS, 1882, pp. 128-129).

E finaliza suas argumentações e seus apelos dizendo:

Descanço na consciência de haver empregado, do modo que me Fo possível, o meu esforço para expender a doutrina da Igreja sobre as theses e os incidentes ventilados por causa da exclusão do ensino religioso das escholae desta catholica província. [...] Não à mim a palma da Victoria. Cumpri apenas o meu dever. Se alguma foi colhida pertence à Aquele que nos deu o alento no renhido da batalha, e à Quem se deve offerter o mérito das acções boas, sempre *ad Ejus majorem gloriam*. [...] Aracajú, 20 de Outubro de 1881. Padre Olympio de Souza Campos. (CAMPOS, 1882, p. 133).

Todo esse impasse só veio a fortalecer e desenvolver o crescimento do padre Olympio de Souza Campos perante a sociedade aracajuana, aonde o mesmo logo após a saída do Presidente Herculano Marcos Inglês de Souza da Presidência da província sergipana, Olympio Campos entra na vida política de Sergipe, para então desenvolver uma nova pagina na sua vida e na vida dos sergipanos.

2.4 - Olympio de Souza Campos, padre, político e professor, ou será ele articulador!

Olympio de Sousa Campos é filho de José Vicente e Dona Maria Porfíria Souza Campos, nasceu no Engenho Periquito na vila de Itabaianinha, (hoje cidade), em 26 de julho de 1853. Teve uma vida cheia de oportunidades dentro de todas as carreiras em que seguiu, pois o mesmo foi durante sua vida um homem para servir aos outros, nessa pequena província chamada Sergipe.

Por um longo período muitas foram as citações por parte de grandes pesquisadores, escritores e historiadores como descreve Medina.

Monsenhor Olympio foi bastante citado no final do século XIX e inicio do XX, em diversas publicações, elogios ou reprimendas. Em seu túmulo, na Catedral de

Aracaju, via-se a seguinte inscrição: *Aqui jaz o maior sergipano do seu tempo*. Com a última reforma da Catedral, a sepultura foi transferida do centro da igreja para o lado da capela do Santíssimo e com outra pedra, agora de granito e sem a inscrição da lápide original. (MEDINA, 2012, p. 34).

E segue na mesma linha de raciocínio frente ao discurso:

Muito se tem escrito e falado de alta personalidade de tão gratas recordações que foi Olympio Campos. Entretanto a mais alta grandeza deste grande vulto foi o contraste no âmago da vida que abraçou e obrigara-o a ficar como se diz entre a parede e a espada, e nem isso o impedira de sair ileso. Como político, Olympio Campos, em terras sergipanas marchou na vanguarda até o túmulo e como sacerdote a serviço da causa de Deus, também andou na dianteira até esbarrar alto. Colocado como ficara entre tão frondosa rivalidade, ele soube servir aos dois senhores com tanto zelo, abnegação e arte, que não encontrou dificuldade em chegar até onde chegou. Eu não li tão somente, acompanhei de visu o desenrolar desse lindo romance, estou habilitado para descrevê-lo e a verdade é esta: Olympio Campos foi um gigante na política e baluarte no clero, no seu torrão natal. E já que vi, permita-me o leitor continuar a minha história. (MEDINA, 2012, p.35).

Tendo observado tantos outros escritores ou historiadores a narrar sobre a personalidade do Monsenhor Olympio Campos, percebemos que a História desse jovem foi influenciada e motivada por vários outros vultos dessa terra sergipana, pois o período em que o mesmo esteve estudando em Recife e Salvador, foi o período de grandes nomes da política sergipana, como também nome de influências eclesiásticas da qual o mesmo foi incentivado e teve parte da sua vida dedicada ao clero, e os anos finais dedicado à política sergipana. Assim descreve Carmelo.

Olímpio Campos esteve em no Recife antes de decidir-se pela vida eclesiástica. A capital pernambucana era o centro metropolitano e cultural do norte do Brasil. Sua Faculdade de Direito era um centro de estudos e de irradiação cultural, e seus jovens estudantes, procedentes de várias Províncias, agitavam a vida acadêmica com as idéias que chegavam como novidades. Muitos sergipanos estudavam na Faculdade de Direito do Recife e participavam do engajamento político, uns mantendo submissão ao magistério moral da Igreja, formando ao lado de líderes espirituais como os irmãos Braz Florentino, Tarquínio Bráulio e José Soriano de Souza, outros buscando nos sistemas filosóficos e nas afirmações das ciências um rumo novo para a compreensão do mundo e da vida. (CARMELO, 2005, p. 11).

Olympio Campos teve desde cedo influências no campo da política quando em contato com vários estudantes de Direito da Faculdade do Recife, tendo a oportunidade de

debater e estudar vários assuntos ligados a política, não só do Brasil como de vários países europeus como era os moldes da época.

Quanto cursava os preparatórios em Recife esteve em contato com vários estudantes sergipanos, os quais influenciaram em seus estudos, deixando de estudar Direito para se dedicar ao estudo do clero.

Olympio Campos começou seus estudos muito cedo, logo aos 7 anos começou a estudar em Itabaianinha e em Estância, continuando com aulas de língua e gramática latina em Lagarto com o professor José dos Santos Martins, se preparando para ir estudar em Recife, o qual estudou de 1866 a 1868, antes de ingressar na Faculdade de Direito, decidiu por seguir a vida clerical e foi estudar no Seminário da Bahia, cursando o seminário maior nos anos de 1870 a 1873, o qual deixou de receber ordens de presbítero por não ter a idade canônica, tornando-se padre em 1877.

Os anos que passou no Recife serviram para que Olímpio de Souza Campos travasse contato com a geração de futuros bacharéis, que influiriam na vida cultural e política de Sergipe, como seu irmão mais velho, Guilherme de Souza Campos, que chegou a magistratura, integrou o Tribunal de Relação e foi seu presidente. Outros sergipanos, como Tobias Barreto, Leandro Soares, José Luiz Coelho e Campos, Pelino de Carvalho Nobre, Silvio Vasconcelos da Silveira Ramos, depois conhecido apenas como Silvio Romero, Martinho Garcez, dentre outros, começam a mostrar talento nas páginas dos pequenos jornais, abrindo caminho para uma nova geração, igualmente disposta ao debate, da qual pontificaram, dentre outros, Fausto Cardoso, Gumercindo Bessa, Joaquim do Prado Sampaio Leite e Manoel dos Passos de Oliveira Teles, que receberam influência direta de Tobias Barreto, desde 1882 professor da Faculdade de Direito do Recife e líder do movimento intelectual que tomou o nome de Escola do Recife. (BARRETO, 2006, p. 3).

Após vários anos de estudos passando por dois estados e escolas de grandes referências o jovem Olympio Campos, com 24 anos de idade, é ordenado padre, retornando para sua terra natal passa a ser coadjutor do vigário de Itabaianinha, e tempos depois assume como vigário a igreja de Cristinápolis (antiga Vila Cristina), vindo depois a ser o pároco da Igreja Matriz de Aracaju, aonde permaneceu até o ano de 1900, quando decidiu se dedicar exclusivamente à política.

Foi através dos impasses da reforma educacional com o Presidente da província o Sr. Herculano Marcos Inglês de Souza, frente ao ensino religioso que ficou fora da grade curricular da Escola Normal de 1881, que o então padre Olympio Campos decidiu entrar para vida pública na política sergipana, se candidatando a uma cadeira de deputado provincial pelo

Distrito de Estância, que correspondia a Itabaianinha no ano de 1882, para salvaguardar os interesses da Igreja Católica.

Olympio de Souza Campos sendo eleito para deputado provincial apresentou à Assembléia projeto de Lei que restaurava a disciplina Ensino Religioso na Escola Normal. Daí Iniciava-se uma carreira política de 24 anos, marcada por um líder político de pulso e com desempenho na formação de um grupo combativo, liderado pelo religioso, que exerceu mandatos de deputado provincial (1882 a 1884), deputado geral (1885 a 1889), Presidente das duas Assembléias Constituintes, eleitas após a Proclamação da República (1891 e 1892), deputado federal (1893 a 1897), presidente do Estado (de 1899 a 1902) e senador (1903-1906).

Além de desempenha as tarefas como padre e político, Olympio Campos também desenvolvia trabalho no campo acadêmico como jornalista redigindo e orientando a Gazeta do Aracaju, com Pelino Nobre e os irmãos Severiano e Brício Cardoso de 1879 a 1889, bem como o jornal o Estado de Sergipe em 1889 e 1890, junto com Coelho e Campos. No decorrer de sua vida recebeu varias homenagens como em 1902 quando seus correligionários publicaram uma Poliantografia Sergipense, em suas homenagens e a outros amigos, foi colaborador do Almanak Laemmert, escrevendo sobre Sergipe e municípios sergipanos, e, publicou: *O Ensino Religioso na Escola Normal de Sergipe em 1882*, compondo assim todos os artigos publicados nos jornais frente ao descontentamento da Reforma feita pelo presidente Inglês de Souza, Política de Sergipe em 1904 e Orientação da Política de Sergipe em 1906.

Dois motivos levaram o Padre Olímpio Campos, simples eleitor, ou modesta praça de *pret* do partido conservador, a entrar em vida na política nacional; e tão simultaneamente se lhe impuseram que nem ele mesmo soube dizer-nos qual de ambos um ou outro supera em preferências. O que se pode afirmar, porém, é que todos são nobres e respeitáveis. Um deles, e de ordem social, lembra-se a polêmica sustentada pela imprensa e pelo livro, com Souza Botafogo, durante a presidência do Dr. Herculano Marcos Inglês de Souza, o qual defendeu o ato inconstitucional deste Magistrado, suprimindo por ocasião de regulamento do ensino de instrução pública da Província, o ensino religioso da “Escola Normal” de Aracaju, medida altamente atentatória, não só do art. 5º da Const. do Império, que mandava continuar como Religião Católica Apostólica Romana, como ainda dos costumes que não sofriam bem medidas que lhes salopassem as crenças. O outro, é de ordem puramente pessoal, é recorda o nobre movimento que o fez sair em auxilio de seu pai em dissidência com um poderoso chefe político, para que não fosse ele esmagado e alijado como um instrumento gasto e já imprestável, pelo contendor que lhe era superior em elementos políticos dentro e fora da província. (CAMELO, 2005, pp. 55-56).

Olympio Campos foi um dos mais prestigiados chefes políticos do final do período Imperial e início da República em terras sergipanas, conseguiu por vários anos manter-se ativo na política e exercer diversos cargos, além de estruturar e organizar futuros cargos para seus sucessores, deixando seus adversários por vários anos seguidos longe de ocuparem os principais cargos do governo sergipano.

Como professor exerceu por um curto período de tempo a cátedra de professor da Escola Normal de Aracaju, como cita Fonseca.

Depois que anos e anos se passaram, fora nomeado aos 8 de novembro de 1902, por Ato Nº.144, do governo do Sr. Dr. Josino Meneses, lente de Instrução Moral e Cívica da antiga Escola Normal, hoje Instituto de Educação Rui Barbosa, cujo me orgulho de ser modesto professor catedrático. Só ao primeiro de dezembro do mesmo ano, assumiu o exercício da referida disciplina. (FONSECA, 1954, p. 39).

Desde que assumiu cargos influentes perante a sociedade sergipana, que Olympio Campos se destacou como Homem de exemplo dentro de uma sociedade que estava em transformação em todos os âmbitos: Política, Social, Educacional, Religiosa e Econômica. Visando uma sociedade mais justa e igualitária para todos, ele como padre da Igreja Matriz da capital sergipana, busca organizar e manter uma postura de pastor sempre com um olhar mantedor dos preceitos religiosos em busca do seu rebanho, nesse caso, das pessoas que são católicos e que busca em suas homílias uma palavra de conforto.

Quando deixa o cargo de padre para ser político, busca conservar os seus preceitos e suas crenças naquilo que ele considera o melhor para a sociedade sergipana, defendendo com ímpeto tudo aquilo que vai de encontro a religião católica, seja na igreja, na sociedade ou mesmo na escola, é assim que Olympio Campos busca conservar seu caráter, organizar e articular seus meios políticos e ganhar prestígios dentro e fora da sociedade sergipana.

Figura 2: Olympio de Souza Campos



Fonte: Arquivo do livro Trilhando Memórias

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer dessas poucas linhas busquei trabalhar os impasses entre dois grandes representantes da população sergipana, aonde o presidente da província de Sergipe em 1881, Herculano Marcos Inglês de Souza, busca em seu governo organizar e mudar a estrutura da grade curricular da Escola Normal, retirando a cátedra de religião, causando assim o descontentamento por parte do padre Olympio Campos.

Foi através desses impasses que Olympio Campos entrou para vida política de Sergipe e com um despontamento que levou a ser um dos políticos mais influentes e articulador do início da República. Logo no início de 1882 o padre Olympio Campos entra em ação quando ganha as eleições para Deputado Provincial, dando assim início a sua carreira política, e, como deputado inicia seus trabalhos desfazendo as ações deixadas por Inglês de Souza frente à Escola Normal, como destaca Nunes:

A assembléia Legislativa provincial, ao rejeitar a reforma de 1881, através do Parecer das Comissões de Instrução Pública e Justiça Civil, presididas pelo Padre Olímpio Campos, em sessão de 3 de março de 1882, autorizava o Vice-presidente, em exercício, o Bacharel José Joaquim Ribeiro Campos, a reformar a instrução pública segundo as novas bases estabelecidas [...]. Assinado em 13 de maio desse mesmo ano, o novo regulamento fazia retornar o ensino de Instrução Religiosa às escolas primárias e, como disciplina, ao currículo da Escola Normal. Também era extinto o curso de humanidades seriado, volvendo-se ao sistema das disciplinas isoladas requeridas pelos Preparatórios. Desaparecia a Escola Normal mista, voltando a existirem uma escola feminina, localizada no Asilo N. S. da Pureza, e outra masculina funcionando no pavimento térreo do palacete da Assembléia. (NUNES, 1984, p. 152).

Entre os debates publicados nos jornais da época, Gazeta do Aracaju, são publicados 13 artigos e 03 pelo Echo Liberal, os que mais repercutiram em âmbito dos artigos produzidos pelo padre Olympio Campos, Marcos Inglês de Souza e Homo, esse último como defensor alusivo do presidente da província e ator de três artigos publicados no jornal Echo Liberal, como nome fictício de *Francisco Antônio da Silva*, visto que esse nome era falso ou o mesmo era muito importante para esconder sua verdadeira identidade.

O padre Olympio Campos mesmo sem saber quem realmente assinava os artigos encaminhados a ele, preferiu acreditar que os mesmos vinham do presidente Marcos Inglês de Souza, porém como saber se Homo não articulava suas manobras para desqualificar o padre e manter seu discurso liberal aberto para que a população não fossem influenciadas pelos argumentos do padre Olympio Campos.

Outro fator importante é o silencio do presidente Marcos Inglês de Souza, que durante seu governo publicou apenas respostas ao padre, sem se envolver diretamente no confronto, apenas mantendo sua postura de governante. Esse silêncio incomodava, mas tinha seu porta-voz, que através de discurso radical envolvia e tentava desqualificar os argumentos de Olympio Campos, fato que com maestria o padre soube se defender sem agredir nem denegrir a imagem dos opositores.

O interlocutor do presidente Marcos Inglês de Souza, soube argumentar para se manter sem ser descoberto, no entanto, deixou rastros que o levasse a ser identificado anos depois como descreve Feitoza.

Os artigos assinados por *Homo*, e outro por *Francisco Antônio da Silva*, conferidos publicamente ao presidente Inglês de Souza até maio de 1904, quando, o já monsenhor, Olympio Campos publicou uma série de artigos no periódico. *O Estado de Sergipe*, realizando nesses textos uma retrospectiva da sua vida, na edição de 01 de maio do correspondente ano, clérigo afirma: “Atribuía ao Presidente Inglês de Souza a autoria dos artigos de *Homo*, os quais depois soubesse ter sido da pena do então inspetor da alfândega Souza Botafogo”. Em seu texto, o padre Olympio

Campos refere-se a Antônio Joaquim de Souza Botafogo, 2º escriturário do tesouro nacional, nomeado inspetor da alfândega de Santos, São Paulo, onde ficou até 1879, depois foi enviado para Sergipe, onde exerceu suas funções até agosto de 1882. (FEITOZA, 2015, P. 149).

Só então percebe como o grupo do Presidente Marcos Inglês de Souza era interligado demonstrando assim como um conjunto de membros articuladores eram capazes de organizar a estrutura política montada pelo então presidente. Essa ramificação dos políticos liberais estava em toda província sergipana, fazendo oposição ao grupo monarquista conservadores existente nas maiorias das cidades dessa província.

O padre Olympio Campos após entrar para política sergipana teve um crescimento acentuado no jogo político, despontando sua figura como deputado provincial, passando por presidente do Estado e chegando a Senador da República, mas, teve a vida interrompida no dia 06 de novembro de 1906, quando foi assassinado na capital da República, Rio de Janeiro, por seus desafetos políticos.

Uma série de trabalhos já foram arrolados com o tema em debate, ficando aqui minhas explanações e observações. Na certeza de que sempre surgirão novos debates, pesquisas e indagações inerentes aos sujeitos da História, sejam elas em temas sociais, políticos ou de outra natureza, pois a História sempre haverá representante dentro ou fora dela, como protagonista ou como vilão.

Tanto Herculano Marcos Inglês de Souza quanto o padre Olympio Campos, foram sujeitos da História política e social de Sergipe, com suas participações na nessa sociedade, aonde o desenvolvimento e o crescimento vindo sempre das camadas daqueles que mandam na política, sempre foi assim e sempre será. O poder emana do povo, assim diz na Constituição do Brasil, mas nem sempre foi assim, foi preciso mais de cem anos de política para que se chegasse a essa afirmativa, pois, nos séculos passados o poder era o representante do povo.

Na certeza de que sempre haverá narrativas da nossa História, seja ela do tempo presente ou passado, surgira estudos para nos mantermos vivo e presente nessa história, através dos documentos que ainda não foram pesquisados e expostos seus conteúdos pelo olhares dos pesquisadores de diversos campos: História, Educação, Sociologia, Psicologia entre outros, podendo assim mostrar essas descobertas para os presentes e futuras gerações.

4 - ABSTRACT

I working in a narrative perspective that politics and education in Sergipe were treated in different ways and models, will discuss these few lines about the government of the President of Sergipe Province Herculano Marcos English de Souza in his small time government land Sergipe 1881-1882 and as his ideas, visions and working models and studies on new perspectives to see a more qualitative education, he reformulates the curriculum and create mixed school model, making these changes displease representatives of moralists classes and conservatives such as the Olympio Campos priest, vicar of the Church of Aracaju, taking as disaffected these changes and meet the same, creating a series of debates in newspapers and magazines of the time, showing that not only him as population was desacorddo these changes imposed by the government. And this construction phase, new challenges, new political perspective in the final full-nineteenth century and early twentieth, see these changes within an administrative political context, with liberal ideas in the period in which the colonels are the owners of power to command and excesses within the political statesman, and the rooting of the family structure coming from centuries past, it takes time for the changes to take effect.

KEYWORDS: School Normal, English de Souza, Olympio Campos, History, Education in Sergipe.

5 - NOTAS EXPLICATIVAS

¹ Rudolf Von Lhering, nascido em Aurich 1818, foi pioneiro na defesa da concepção do direito como produto social e fundador do método teleológico no campo jurídico. Doutorou-se em Direito na Universidade de Berlin (1842). Em Kiel (1849), escreveu seu principal trabalho sobre Direito Romano, e em Viena (1862/1872), se notabilizou como professor de Direito Romano, tendo sido agraciado com um título de nobreza e escreveu o livro “Der Kampf ums Recht” (A Luta pelo Direito).

² Político e estadista brasileiro nascido em Bom Jardim, município de Santo Amaro, BA, conselheiro do império notabilizado pela lei que tomou seu nome, destinada a aprimorar o sistema eleitoral vigente em sua época. Formado pela faculdade de direito de São Paulo (1846), elegeu-se membro da assembléia em sua província (1849) e foi nomeado (1850) presidente da província do Piauí, onde ganhou notoriedade por transferir, contra forte oposição, a capital provincial da cidade de Oeiras para Teresina. Eleito para a Câmara dos Deputados pelo Partido Liberal (1852), foi seguidamente nomeado presidente da província de Alagoas e da província de São Paulo, Ministro da Marinha, presidente da província de Pernambuco (1858) e ministro de várias pastas no império (1861) como a de Negócios Estrangeiros, da Fazenda e da Guerra e presidente do Conselho de Ministros (1881/1885) quando fez aprovar o projeto de lei que instituía as eleições diretas, a *Lei Saraiva* ou *lei do censo* (1885), e o projeto de sua autoria que declarava livres todos os escravos de mais de 65 anos. Passou então o governo ao líder do Partido Conservador, *barão de Cotequipe*, em cujo governo a referida lei foi sancionada, em 28 de setembro (1885) e, assim, ficou conhecida como *Lei Saraiva-Cotequipe*.

³ Artigos publicados nos Jornais GAZETA DO ARACAJU. Minha Província e a seu actual presidente, o Sr. Dr. Herculano Marcos Inglês de Souza. Ano. III, Nº. 108, p. 02 e 03; Ano. III, Nº. 110, p. 03; Ano. III. Nº. 111, p. 04; Ano. III, Nº. 112, p. 02; Ano. III, Nº. 113, p. 03 e 04, foram publicados artigos em outras edições desse jornal; publicados também artigos no Jornal ECHO LIBERAL. Ao Ilmo. e Revm. Sr. Vigário Olympio de Souza Campos. Ano. III, Nº. 02, p. 02 e em outras edições desse jornal. Ao final em 1882, o padre Olympio Campos transformou seus artigos em um pequeno livro intitulado: *O ensino Religioso na Escola Normal da Província de Sergipe*. Livro de 155 páginas publicado pela tipografia da Gazeta do Aracaju, instalada na Rua Itaporanga, número 20. Um desses exemplares encontra-se para pesquisa no IHGSE.

6 - FONTES

ECHO LIBERAL. Ano.2º, Nº. 31, p. 01.

ECHO LIBERAL. Ao Ilmo. e Revm. Sr. Vigário Olympio de Souza Campos. Ano. III, Nº. 02, p. 02.

CORREIO DE SERGIPE. Memórias de Sergipe: Personalidades sergipanas – Olímpio Campos, Religioso e político. BARRETO, Luiz Antonio. XLIV, Aracaju, 2006.

GAZETA DO ARACAJU. A minha Província e a seu actual presidente, o Sr. Dr. Herculano Marcos Inglês de Souza. Ano. III, Nº. 108.p. 02 e 03.

SILVA M. A Penetração da educação adventista no Brasil. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_065.html>. Acessado em: 07 Mai 2016.

<<http://www.academia.org.br/academicos/ingles-de-sousa>>. Acessado em: 09 Mai 2016.

<<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/JoseASar.html>>. Acessado em: 12 Mai 2016.

MATOS, Alderi Souza de. Breve História do Protestantismo no Brasil. Disponível em:

<<http://www.mackenzie.br/6994.html>>. Acessado em: 12 Mai 2016.

7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. Aracaju: Paz e Terra, 1984.

FEITOZA, Leonardo Matos. **Um entuziasta de idéias novas**: Inglês de Souza, conflitos e combates no Brasil em fins dos oitocentos. Dissertação de Mestrado, UFS/São Cristóvão, 2015. 164 f.

SCHNEIDER, Omar. **A circulação de modelos pedagógicos e as reformas da instrução pública**: atuação de Herculano Marcos Inglês de Sousa no final do Segundo Império. Tese de Doutorado, PUC/São Paulo, 2007. 306 f.

LEITE, Marcus Vinnicius C. **Cenas da Vida Amazônica**. Ensaio sobre a narrativa de Inglês de Souza. Belém: UNAMA, 2002.

BARBOSA, Francisco de Assis, '**Retratos de Família**', Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1954.

SETEMY, Adrianna. **Presidente de Sergipe de 1881-1882, Inglês de Souza**. Artigo, 2009.

PILLETI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. 2ª edição. São Paulo Ática, 1991.

AZEVEDO, Fernando de. 1894-1974. **A transmissão da cultura**: parte 3. da 5. ed. da obra A cultura brasileira. São Paulo, melhoramentos; Brasília, INL, 1976.

MUDROVICIC, Maria Inês. História Universal, Civilização e progresso duzentos anos depois. In: SILVA, Genildo Ferreira da. (Org.). **História e Civilização**. Salvador : EDUFBA, 2011.

CAMPOS, Olympio de Souza. **O Ensino Religioso na Escola Normal da Província de Sergipe: À Minha Província e o seu Atual Presidente o Sr. Dr. Herculano Marcos Inglez de Souza**. Typ. Da “Gazeta do Aracaju”, Rua de Itaporanga-20, Aracaju, 1882.

MEDINA, Ana Maria Fonseca. **Trilhando memórias**. Aracaju: J. Andrade, 2012.

CARMELO, Antônio. **Olympio Campos Perante a História**. 2ª edição. Aracaju. DEGRASE. 2005.

IHERING, Rudolf von. **A Luta pelo Direito**. Tradução e notas de Edson Bini. Prefácio de Clóvis Beviláqua. Bauru, SP: Edipro, 2001.

FONSECA, Domingos. Monsenhor Olympio Campos – **Professor da Escola Normal**. REVISTA DE ARACAJU – Centenário de Monsenhor Olympio Campos, 1954, pp. 37-41.